Título do capítulo	CAPÍTULO 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS
Autores(as)	
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7cap4

Título do livro	REFÚGIO NO BRASIL: INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO EM BRASÍLIA (2019)
Organizadores(as)	João Brígido Bezerra Lima (Coordenador) José Romero Pereira Júnior Danilo Borges Dias Valéria Fechine José Alejandro Sebastian Barrios Diaz
Volume	1
Série	REFÚGIO
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-009-7
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS¹

1 INTRODUÇÃO

O conjunto de instituições, relações e processos formais ou informais entre governos, organismos internacionais e organizações não governamentais (ONGs) estabelece leis, resoluções, programas, acordos e normativos que impactam os interesses e as necessidades de refugiados e de solicitantes de refúgio, mais fortemente nos processos de integração dessas pessoas e de suas famílias nas comunidades locais. Tem-se consciência de que toda essa complexidade se deve a que, no contexto atual do refúgio, seus problemas e determinantes transcendem os limites distritais de Brasília e, nesse sentido, torna-se necessário desenvolver instrumentos políticos e técnicas de governança regional favoráveis à integração local.

Obviamente, os resultados e as constatações feitas a partir da pesquisa realizada nas localidades brasilienses não pretendem esgotar tamanha complexidade, entretanto, servem para chamar a atenção e evidenciar a importância de conhecer as demandas dos principais atores dos sistemas de proteção social e de apoio aos refugiados.

Este livro trata da realidade de pessoas que buscaram refúgio em Brasília e, também, de aspectos da realidade vivenciada por 120 pessoas que buscaram refúgio no Brasil e que residiam em Brasília por ocasião da realização da pesquisa. Considera também as restrições e dificuldades que prevalecem e dificultam sua integração nas comunidades onde residem, devendo ser visto como parte da pesquisa que se pretende realizar nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Manaus.²

O pressuposto do estudo funda-se no argumento de que somente caracterizando-se as situações vivenciadas e declaradas por essas pessoas poder-se-á ampliar a visão dos governos e da sociedade brasiliense de modo a considerá-las numa perspectiva de fazerem aquilo que valorizam e que têm razões para valorizar.

Formulada por pesquisadores do Ipea com o apoio de técnicos do Comitê Nacional para os Refugiados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Conare),

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-009-7cap4>

2. Registre-se que não se tratou, nesta pesquisa, do processo político definido nas agendas da governança global para o desenvolvimento sustentável incluído na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

esta pesquisa busca subsidiar a construção de marco analítico que possibilite aprofundar os estudos do tema e aperfeiçoar as políticas públicas de proteção e apoio aos refugiados. A abordagem adotada prestigiou a fala daquelas pessoas que vivenciam problemas e impedimentos de acesso aos benefícios e serviços essenciais, possibilitando-lhes expressar, ao seu modo, a realidade da vida nessas comunidades, registrando-se também o relato de algumas agências responsáveis pela provisão desses benefícios e serviços em Brasília. Pesquisar o tema da integração de refugiados em Brasília se reveste de grande relevância, haja vista que se trata de uma região que apresenta preocupante desigualdade social tanto entre os nacionais quanto entre os migrantes que são acolhidos em suas periferias pobres e desprovidas dos serviços sociais básicos.

Cabe registrar que esta pesquisa cercou-se de muito cuidado ao tratar do conceito de integração, que tem modificado seu significado em anos recentes; e também de muito respeito ao dar voz àqueles que sofrem discriminações e sobrevivem com suas famílias na marginalidade.

Por fim, cumpre esclarecer que estas considerações finais resgatam aspectos tratados com maior detalhamento na caracterização da pesquisa de campo (capítulo 3) e se estruturam em torno das vertentes detalhadas nas seções a seguir.

2 OS "ACHADOS" DA PESQUISA DE CAMPO EM BRASÍLIA

Foram entrevistadas 110 pessoas, sendo 46 delas com o *status* de refugiado e 64 solicitantes de refúgio, constatando-se que mais de 50% pertenciam a quatro grupos nacionais: venezuelanos, sírios, paquistaneses e ganenses. O perfil do grupo é de homens (79%), pessoas solteiras (57%), que moram sozinhas (64%) e com idade média de 33 anos. Possuem nível de escolaridade elevado (46% têm nível superior ou pós-graduação – concluído ou não) e apontaram dificuldades em validar o histórico escolar ou diploma (74%) e em obter acesso à escola ou à universidade (51%).

A maioria dos entrevistados trabalhava à época da pesquisa (65%), sendo 42% com emprego formal (carteira de trabalho assinada e donos de negócio próprio) e 23% na informalidade, com renda média de R\$ 1.815. Entre os entrevistados, 27% procuravam emprego, destacando-se entre os principais obstáculos para integração em relação ao trabalho: o exercício de profissão compatível com sua formação profissional (74%), conseguir o primeiro emprego no Brasil (63%) e abrir seu próprio negócio (61%).

Quanto às questões de dificuldades do conhecimento da língua portuguesa, 90% dos entrevistados declararam saber se comunicar em português, tendo aprendido o idioma nas ruas ou no ambiente de trabalho (70%). O maior desafio no que se refere ao nível de compreensão do idioma tem sido escrever (27%) e falar

(25%). As dificuldades em não conhecer suficientemente o idioma atrapalham o ingresso no mundo do trabalho (35%), e o acesso aos serviços de saúde (14%) e à educação (11%).

A pesquisa indicou que os refugiados residentes em Brasília ocupam moradias alugadas (74%) e cedidas (22%). Os entrevistados apontaram que é um desafio conseguir moradia adequada às expectativas (41%). Para eles, as principais redes de apoio no Brasil são amigos da sua nacionalidade (35%), enquanto 13% disseram não ter nenhuma rede de apoio.

Entre os entrevistados, 44% declararam ter sido discriminados de alguma forma, tais como xenofobia, de fenótipo ou religiosa. Quando perguntados qual o local que aconteceu a discriminação, houve maior incidência em espaços públicos (57%) e no trabalho (33%).

Em sentido inverso, perguntados sobre as perspectivas de vida no futuro, 74% deles se veem com nacionalidade brasileira e vivendo no Brasil. As frases que mostram o sentimento atual são: “vou ter um futuro melhor” (48%) e “no Brasil somos livres” (39%).

3 DESAFIOS À INTEGRAÇÃO

O padrão de integração de refugiados e de solicitantes de refúgio em Brasília não se define tão somente mediante o reconhecimento jurídico, persistindo outras variáveis decisivas nesse processo.

Ao sumarizar as barreiras à integração dos refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília identificadas nesta pesquisa, adota-se a concepção de eixos numa tentativa de simplificação da realidade. É imprescindível reafirmar que a integração não pode ser vista como um fenômeno simétrico, cientificamente exato e matemático, que ocorre da mesma maneira para todas as pessoas que nela vivem, com padrões de tempo e de variáveis igualmente mensuráveis.

A questão documental, por exemplo, quase sempre se apresenta como a chave mestra para a integração, haja vista possibilitar a regularização do indivíduo no país. Entretanto, são necessárias outras garantias mínimas para lograr-se tal intento, como é o caso das questões que envolvem educação e a ambientação à língua e à cultura brasileiras.

As pessoas, na condição de refugiadas, precisam ser encaradas como sujeitos com necessidades específicas. Na realidade de Brasília, especificamente, persistem barreiras no trato das questões de gênero. É inquestionável que a mulher está sujeita a uma série de constrangimentos e restrições nas comunidades locais, circunstâncias evidentes em nossa sociedade, acrescidas pela variável cultural que lhe confere tratamento diferenciado em face de sua condição de estrangeira. Violência

doméstica e abusos de diversas ordens (psicológico, sexual, material) são problemas que transcendem a questão de gênero, mas que incidem mais sobre as mulheres.

Quando se focaliza a realidade do trabalho dos refugiados em Brasília, evidencia-se uma realidade com muitos problemas, destacando-se a porcentagem de desemprego superior à média nacional, expressa num contingente elevado de pessoas sem emprego formal.

Não há possibilidade de pensar a integração local sem a existência de redes de apoio. Elas existem e se consolidam de uma maneira ou de outra na relação do refugiado com o país de acolhida e servem para facilitar a vida nas variadas dimensões da integração, estando por trás de todos os conceitos e entendimentos adotados nesta pesquisa. Em Brasília, as redes estão pulverizadas, e as estruturas disponibilizadas pelo Estado para resolução de problemas são as menos acessíveis e usadas pelos entrevistados. Para resolução de problemas variados, mostraram-se mais eficazes os amigos da mesma origem ou da mesma nacionalidade; amigos brasileiros ou instituições específicas do setor civil; ou ainda entidades religiosas.

A leitura e o entendimento das barreiras à integração local revelaram dificuldades no acesso dos refugiados e solicitantes de refúgio aos serviços de saúde, e 47% dos entrevistados consideraram difícil ou muito difícil o acesso a esse tipo de serviço, afora o desconhecimento dos locais onde possam demandar serviços especializados. Essas pessoas destacaram que as dificuldades aumentam em decorrência da questão da comunicação (língua portuguesa) e do custo das passagens para localizarem esses serviços e o eventual retorno para atendimento.

A moradia permanece um grande deserto em termos de acolhida inicial até iniciativas mais robustas que toquem, por exemplo, no ingresso em programas sociais e maior atenção do Estado na esfera distrital. Morar, habitar, residir, ou qualquer outra nomenclatura que indique e faça menção à ideia de local de abrigo a partir de iniciativa do poder público com direcionamento específico para refugiados não existe em Brasília.

O governo brasileiro oferece amparo legal³ à reunião familiar quando a pessoa é reconhecida pelo governo brasileiro como refugiada e tenha parentes (cônjuge, ascendentes, descendentes e demais membros do grupo familiar) economicamente dependentes que estejam fora do Brasil. Entretanto, esse potente fator de integração local se converte em forte barreira ao prevalecerem regras e procedimentos de reconhecimento do refúgio para os familiares chegados ao Brasil.

As expectativas, pensadas e refletidas pelo viés da integração local, vinculam-se ao futuro dessas pessoas nas comunidades locais. Esse futuro não toca na exclusividade

3. Resolução Normativa nº 27, do dia 30 de outubro de 2018, do Conare.

dos refugiados e suas famílias, mas, sim, no futuro comum da cidade, da região. A integração, em suas dimensões variadas, exige esforços diversos e de todos os atores que dela participam: governo local, população nativa e, também, dos próprios deslocados. O refúgio e a integração local não configuram desafios de natureza conjuntural e as soluções duradouras exigem tratamento continuado, preservado das transições de governos.

4 A PRECARIIDADE DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E APOIO AOS REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO EM BRASÍLIA

Esta pesquisa buscou caracterizar aspectos da integração de refugiados e solicitantes de refúgio em Brasília e, dentro do possível, identificar atividades de proteção e apoio de organizações públicas e privadas com foco nas dificuldades de acesso dessas pessoas a benefícios que pudessem assegurar sua sobrevivência.

Os trabalhos de campo em Brasília demonstraram de forma cabal a precariedade das ações de proteção e de apoio aos refugiados e solicitantes de refúgio, ficando patente que a integração local não se alcança mediante prescrição legal, mas pela conduta governamental a ela associada.

Ficou muito claro que, para além da concessão documental e reconhecimento do *status* de refugiado, a presença contínua do poder público na questão se faz importante e não prescinde de forte articulação com os demais atores. Certamente, constatou-se a existência de políticas, mas não são públicas no *stricto sensu* do termo, verificando-se a coexistência de redes paralelas às do poder público que buscam soluções para questões que se evidenciam cada vez mais presentes, multifacetadas e com ramificações diversas.

De fato, a integração jurídico-documental é um ponto importante para acolher populações e reconhecer seu *status* de refugiados no ordenamento jurídico interno. Por vezes, o processo de conceder assistência jurídico-documental pode ser o ponto de partida para realizar uma integração muito mais profunda. No entanto, um longo caminho deve ser percorrido para a efetivação de uma política de integração local, incluindo, necessariamente, o aspecto econômico-laboral e sociocultural. Evidenciou-se que, em muitos casos e a depender das circunstâncias, o refugiado assumiu por sua própria conta fazer, realizar, implementar e efetivar sua integração.